

Territórios de ajuda mútua: autogestão e solidariedade nos mutirões Jerônimo Alves, Dorothy Stang e Martin Luther King.

Territorios de ayuda mutua: autogestión y solidaridad en los proyectos de trabajo comunitario Jerônimo Alves, Dorothy Stang y Martin Luther King.

E3_06 - Sistemas y experiencias de cooperativas de vivienda en Iberoamérica

Fábio Augusto Amorim Fortunato

Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
faaugusto67@gmail.com

Egeu Gomez Esteves

Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
egeu.esteves@unifesp.br

Resumo: Neste trabalho refletimos sobre a prática da ajuda mútua no processo de produção e transformação do espaço urbano a partir da experiência do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 (MST Leste1). Verificamos os impactos dessa prática nos mutirões Jerônimo Alves, Dorothy Stang e Martin Luther King, organizados por meio da autogestão. Considerando que os usos do espaço da cidade refletem relações de poder e hierarquias sociais fundadas na lógica capitalista, colocamos a seguinte pergunta: como as práticas de ajuda mútua impactam a ocupação e o uso do solo urbano pelo MST Leste 1? Conceitualmente, entendemos a autogestão como um modelo organizacional produtor de territórios insurgentes, opostos a uma estrutura dominante comprometida com uma lógica mercantil de controle das relações socioespaciais e, portanto, ao observar a prática da ajuda mútua e os mecanismos de luta política e trabalho utilizados pelos ocupantes dos mutirões, buscamos compreender a alteração da dinâmica do território a partir de uma lógica autogerida. Tendo isso em mente, analisamos o MST Leste 1, os mutirões estudados e suas potencialidades para a realização e manutenção da vida cotidiana, verificando, no espaço, a relação dos mutirantes com o lugar e as identidades coletivamente construídas pelo grupo. Essas identidades são estabelecidas a partir de valores e relações mútuas de solidariedade e afinidade com o espaço em que atuam. A metodologia do trabalho envolveu observação participante, cartografia social e entrevistas, tendo como fundamento teórico o materialismo histórico-dialético. Assim, compreendemos que a realidade concreta do

local de estudo resulta de um constante movimento de construção e transformação socioespacial exercido pelos agentes envolvidos. Esse processo, fruto de uma contradição socioespacial, torna possível a construção de práticas alternativas de uso e ocupação do espaço, produzindo territórios de poder insurgente.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Habitação-Social; Autogestão; Mutirão; Território.

Resumen: Neste trabalho reflexionamos sobre la práctica de la ayuda mutua en el proceso de producción y transformación del espacio urbano a partir de la experiencia del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra Leste 1 (MST Leste 1). Verificamos los impactos de esta práctica en los mutirões Jerônimo Alves, Dorothy Stang y Martin Luther King, organizados mediante la autogestión. Considerando que los usos del espacio de la ciudad reflejan relaciones de poder y jerarquías sociales fundadas en la lógica capitalista, planteamos la siguiente pregunta: ¿cómo impactan las prácticas de ayuda mutua en la ocupación y el uso del suelo urbano por parte del MST Leste 1? Conceptualmente, entendemos la autogestión como un modelo organizacional productor de territorios insurgentes, opuestos a una estructura dominante comprometida con una lógica mercantil de control de las relaciones socioespaciales y, por lo tanto, al observar la práctica de la ayuda mutua y los mecanismos de lucha política y trabajo utilizados por los ocupantes de los mutirões, buscamos comprender la alteración de la dinámica del territorio a partir de una lógica autogestionada. Con esto en mente, analizamos el MST Leste 1, los mutirões estudiados y sus potencialidades para la realización y el sostenimiento de la vida cotidiana, verificando, en el espacio, la relación de los mutirantes con el lugar y las identidades construidas colectivamente por el grupo. Estas identidades se establecen a partir de valores y relaciones mutuas de solidaridad y afinidad con el espacio en el que actúan. La metodología del trabajo involucró observación participante, cartografía social y entrevistas, teniendo como fundamento teórico el materialismo histórico-dialéctico. Así, comprendemos que la realidad concreta del lugar de estudio resulta de un constante movimiento de construcción y transformación socioespacial ejercido por los agentes involucrados. Este proceso, fruto de una contradicción socioespacial, hace posible la construcción de prácticas alternativas de uso y ocupación del espacio, produciendo territorios de poder insurgente.

Palabras-clave: Movimientos sociales; Vivienda social; Autogestión; Muritão; Territorio.

Introdução

A ajuda mútua e a autogestão são mecanismos utilizados no processo de luta por moradia social com potencialidade para produzir contra-hegemonias na disputa pelo uso e ocupação do solo urbano (Lefebvre, 2009) para o desenvolvimento e consolidação de territórios autônomos, atribuindo ao espaço aspectos de uso em oposição a uma interpretação mercadológica de seu uso com o propósito de assegurar a reprodução de capital (Guimarães, 2013). Para Santos (2020), o espaço é uma síntese entre o conteúdo social e as formas espaciais, configurando-se como produto e condição da ação humana, que o transforma continuamente para adequá-lo aos valores do "novo" em relação ao "velho". Assim, o espaço se caracteriza por uma relação dialética com a sociedade, simultaneamente palco e objeto de conflitos que emergem nas práticas sociais.

Para Arthur Stürmer e Benhur Costa (2017) o pensamento anarquista na geografia contribui para a reflexão acerca do conceito de território, no qual Kropotkin e Reclus propõem uma análise acerca da produção espacial pautada na experiência da classe trabalhadora por meio da inserção no debate acerca da liberdade, justiça, igualdade, autonomia e autogestão, buscando estabelecer um raciocínio anti-dominante baseado na resistência dos territórios de ajuda mútua perante tentativas de homogeneização das verticalidades para assegurar a utilização do espaço para produção e reprodução do lucro por meio da construção de uma sociabilidade atomizada e competitiva (Santos, 2021).

O território é composto por espaço, por um ator pelo poder, que determinam as relações estabelecidas entre os habitantes daquele espaço (Stürmer; Costa, 2017). O espaço é a arena central dos conflitos, podendo ser eles internos ou externos, e o ator é tanto individual, coletivo ou social, atuando como apropriador do espaço e regente das relações humanas. O poder, de acordo com Claude Raffestin (1993), é algo nem externo nem transcendente, mas uma categoria pertencente a qualquer relação social. Para ele o ponto original do poder é o trabalho, a partir do uso de energia (capacidade de agir, mover) e de informação (capacidade de significar, ordenar).

Por ser dotado de uma área de extensão variada, recursos, povo, limites, fronteiras e de ser meio de gasto de energia realizado pelo trabalho, o território é alvo direto da ação de diferentes atores do poder (Souza, 2022). Os diferentes interesses por um território geram conflitos que são travados entre distintos atores do poder (Stürmer; Costa, 2017), sendo responsáveis pela formação, manutenção ou perda territorial ao demonstrar níveis de assimetria de poder levando a processos de desconstrução, deformação, transfiguração e extinção dos recortes espaciais territoriais.

Os territórios urbanos constituem-se como espaços de disputa entre diferentes atores de poder, cujas ações são mediadas pelo Estado por meio de suas instituições, legislações, planos e projetos. Esses instrumentos viabilizam transformações no espaço urbano de modo a adequá-lo a determinadas demandas, conforme a correlação de forças sociais, econômicas e políticas vigente em cada contexto histórico. Tal dinâmica evidencia as assimetrias na capacidade de intervenção dos distintos grupos de interesse sobre o espaço, destacando-se, entre eles, os interesses da sociedade civil (incluindo as famílias trabalhadoras) e aqueles vinculados ao mercado imobiliário.

No capitalismo, a cidade é um reflexo de seus elementos constitutivos e de suas contradições, tornando-se uma forma organizada para o trabalho e para a produção e reprodução do capital, utilizando o Estado como mediador que, através de leis, planos e redes, garante a submissão da força de trabalho humana para atender as demandas impostas pelas relações

mercantis do capital. Assim, “o capitalismo monopolista agrava a diferenciação quanto à dotação de recursos, uma vez que parcelas cada vez maiores da receita pública se dirigem à cidade econômica em detrimento da cidade social” (Santos, 2023, p. 107).

Por ser um espaço construído e dotado de relações territoriais estabelecidas por meio de diferentes esferas do poder, a cidade torna-se uma arena de conflitos políticos conformada pelo choque entre diferentes interesses e necessidades, revelando relações assimétricas de poder entre diferentes atores que influenciam uns aos outros (Castro, 2013). A cidade está sujeita à luta de classes, visto que as forças atreladas ao capital necessitam impor-se e influenciar a produção urbana e a população da cidade para garantir que esse espaço esteja sob seu controle total, tratando-se de uma questão estratégica em disputa por diferentes grupos (Harvey, 2014).

Dessa forma, compreendendo a existência de modos alternativos de produção do espaço por meio de práticas de ajuda mútua e solidariedade, e considerando que os usos do espaço da cidade refletem relações de poder e hierarquias sociais fundadas pela lógica capitalista no contexto brasileiro, partiremos da seguinte pergunta: como as práticas de ajuda mútua impactam a ocupação e o uso do solo urbano pelo MST Leste 1 a partir de uma estrutura autogerida?

Procedimentos metodológicos

O espaço geográfico, como produto e condição da ação humana (Santos, 2020) é constantemente transformado por diferentes fenômenos e processos, cuja origem reside nos embates entre diferentes modos de produção e organização social para adequá-lo a valores “novos” em oposição à valores “velhos”. Tendo isso em mente, para alcançar o objetivo da pesquisa, utilizamos:

1) Revisão narrativa de literatura, utilizada para reunir diferentes contribuições acerca dos mutirões de moradia (SÁ-SILVA et al., 2009).

2) Observação participante com visitas periódicas aos mutirões, interação com os mutirantes, com o espaço e atuação nas atividades. Foi elaborado um caderno de campo descrevendo e interpretando a realidade dos mutirões compreendendo que a realidade concreta é construída pelas evidências e fatos em conjunto com a percepção da população local. (FREIRE, 1999).

3) Análise documental para coletar e interpretar dados relacionados ao objeto de estudo da pesquisa, recorrendo às fontes primárias para conhecer e descrever o contexto político, social e econômico em que os mutirões estão localizados, tanto na escala local quanto na da cidade com vista a contextualizar e verificar a autenticidade e validade dos dados coletados para compreensão histórica e contextual dos mutirões (SÁ-SILVA et al., 2009).

4) Cartografia social para compreender as relações entre ajuda mútua e espaço, tendo em mente as relações estabelecidas entre o território dos mutirões com outros espaços da cidade que os afetam.

5) Perfil socioeconômico por meio de formulário para coletar informações de gênero, idade, renda e situação de vulnerabilidade (Graciano, 2010) para contextualizar o público-alvo e compreender sua condição de vida.

6) Entrevista semiestruturada para abordar temas que surgiram durante o curso da pesquisa (Guazi, 2021), auxiliando na compreensão do processo de autogestão e ajuda mútua a partir da perspectiva dos mutirantes.

7) Análise temática utilizada para identificar, analisar e interpretar os dados qualitativos da pesquisa envolvendo as entrevistas e o diário de campo. A análise se deu pela identificação dos aspectos importantes e relevantes para os objetivos da pesquisa, organizados em temas significativos para o trabalho, construindo uma narrativa analítica que busca compreender o fenômeno estudado (Souza, 2019).

Os territórios de ajuda mútua

Na cidade de São Paulo, os movimentos de moradia por autogestão utilizaram o modelo uruguaio de cooperativas habitacionais protagonizados pela Federação Uruguaia de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM) como inspiração para atuar na luta urbana organizando-se em coletivos para atender necessidades socialmente compartilhadas (Oliveira Filho et al, 2017, p. 83), criando tensões e formas de organização espacial contra-hegemônicas para disputar a adequação e adaptação dos territórios às suas demandas (Castro, 2013).

Na Zona Leste da cidade de São Paulo surge o MST Leste 1 no ano de 1987, criado com o objetivo de travar a luta urbana para garantir terra às pessoas de baixa renda da região em meio a um contexto de necessidade emergente por moradia e desigualdade socioespacial no uso e ocupação do solo urbano, organizando a construção de mutirões de moradia em diferentes áreas da Zona Leste e lutando por participação do desenvolvimento de políticas públicas voltadas à habitação, com seus membros distribuídos em diferentes órgãos internos e comissões para incentivar e desenvolver atividades políticas, econômicas e culturais, atuando além da construção de moradias (MST Leste 1, 2024).

O MST Leste 1 é a entidade organizadora e construtora dos mutirões, responsável pela organização e dos grupos de origem das famílias beneficiadas, assim como por sua formação política. Ela realiza o trabalho social, a partir do acompanhamento das famílias e do atendimento no escritório, que é onde os problemas administrativos do movimento são tratados. Também é responsável pela participação dos mutirantes na gestão e na construção dos mutirões, atuando em conjunto com a assessoria técnica contratada.

Tendo a autogestão como meio mecanismo para travar a luta social, os mutirões são dotados de autonomia na tomada de decisões acerca da realidade construída pelos próprios mutirantes ao mesmo tempo que consolidam uma rede de ajuda mútua para concretizar objetivos políticos socialmente compartilhados no interior do movimento.

Para o movimento, o mutirante é aquele/a que irá ocupar as futuras moradias a serem construídas no território, tendo a obrigação de participar e atuar nas assembléias, comissões de trabalho, mutirões, vigílias noturnas (para preservar a segurança do terreno) e no trabalho técnico-social protagonizado por entidades, organizações, membros do movimento e apoiadores individuais com diferentes objetivos.

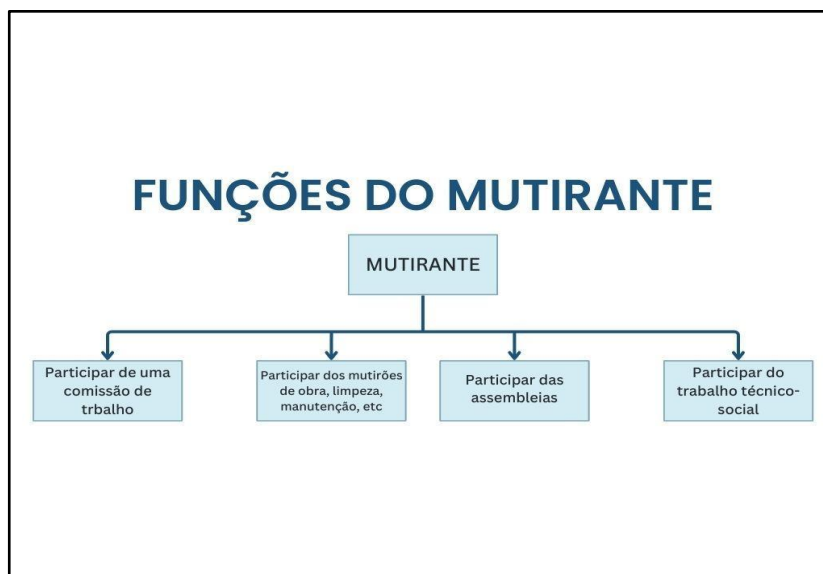


Figura 01: O mutirante e suas funções. Fonte: dos autores, 2024.

Ao organizar, em 2014, um grupo de pesquisa de terras, os mutirantes adquiriram um espaço no distrito de São Rafael, próximo a refinaria Petroquímica de Capuava, ao entrarem em contato com o proprietário do local. Após o financiamento, contrataram a assessoria técnica da Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (Usina CTAH) para auxiliar no processo de construção, para contribuir com os mutirões com arquitetos e trabalhadores sociais, além de realizar o projeto e a direção técnica da obra. Planejado para atender 700 famílias, o empreendimento do São Rafael foi dividido em três mutirões: Dorothy Stang (286 unidades), Martin Luther King (214 unidades), e Jerônimo Alves (com 200 unidades). Desde então, os mutirantes travam diferentes lutas pela mediação estatal para adquirirem os recursos necessários para concretizar o projeto dos mutirões DMJ, como a seleção para o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV - Entidades) em 2015 conquistado através de um acampamento em frente a sede da Caixa Econômica Federal de São Paulo que durou 19 dias.

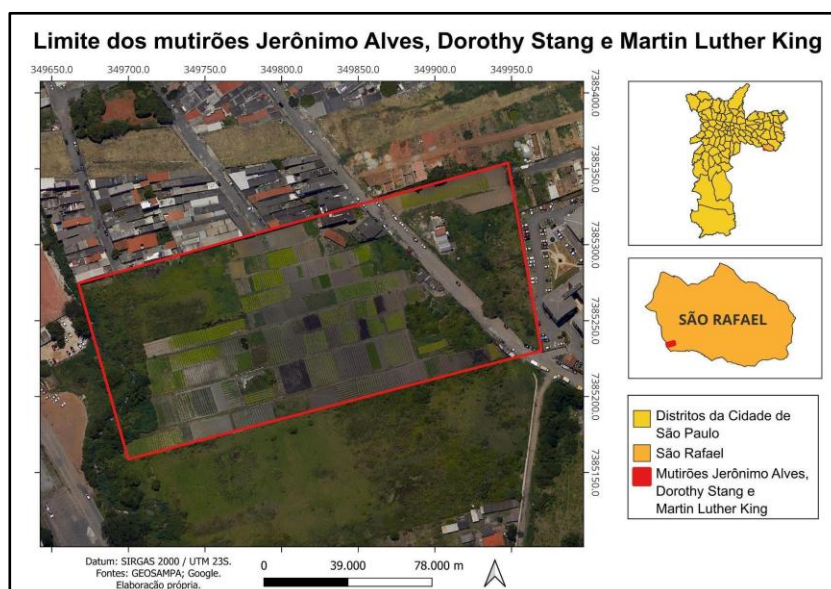


Figura 02: Mapa do limite dos mutirões DMJ. Fonte: GEOSAMPA; Google; dos autores, 2024.

Vale ressaltar que a dinâmica das políticas habitacionais no Brasil sofreu uma inflexão positiva significativa a partir de 2009, com a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que ampliou o acesso ao direito à moradia. O programa foi estruturado em três faixas de renda, sendo a Faixa 1 destinada à produção de habitação de interesse social voltada às famílias de baixa renda.

Entretanto, o desenho institucional do PMCMV privilegiou o fortalecimento do setor da construção civil, assegurando retorno financeiro imediato aos agentes privados, o que acabou por relegar a Faixa 1 (destinada a famílias com renda mensal de até R\$ 1.800, 34,5% das unidades contratadas) a uma posição secundária em relação às faixas 2 e 3 (65,5% das unidades contratadas), voltadas às famílias de renda média. A partir de 2019, observa-se uma redução mais acentuada do investimento público direto com a substituição do PMCMV pelo Programa Casa Verde e Amarela, instituído durante o governo Bolsonaro (2019–2022), conforme analisam Nascimento Neto e Ultramari (2022).

Segundo a Fundação João Pinheiro (2021), o principal fator associado ao déficit habitacional no Brasil é o elevado comprometimento da renda com o pagamento de aluguel. Nesse contexto, famílias com renda domiciliar de até três salários mínimos destinam cerca de 30% ou mais de seus rendimentos mensais a essa despesa (Fundação João Pinheiro, 2021).

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024a), cerca de 27% da população paulistana vive em domicílios sob condição de moradia alugada, enquanto 4% da vive sob condição de moradia cedida por parentes, conhecidos, entre outros. Em 2002, 13,5% da população brasileira vivia em condição de domicílio alugado, passando para 31,79% em 2024, equivalente à 46 milhões de pessoas (IBGE, 2024b).

Por conta dos entraves políticos durante o governo Temer e depois com o governo Bolsonaro, e após a pandemia, os mutirantes dos mutirões DMJ viram-se impedidos de dar continuidade à construção de suas moradias. Entre 2019 e 2020, houve uma redução de 60% no número de unidades habitacionais produzidas em relação ao período inicial do programa MCMV (Euclides et al, 2022). Apesar de impedida de assinar o contrato para a construção, o que só pode ser finalmente realizado em novembro de 2025, o movimento continuou ocupando o espaço e realizando diferentes atividades para garantir sua manutenção e existência, evitando a ociosidade por meio de projetos, plantio de alimentos, festas, mutirões de trabalho para limpeza do espaço, entre outros.

Como elemento complementar à observação participante e às entrevistas, realizamos uma atividade de cartografia social com o objetivo de compreender como os mutirantes compreendiam a relação dos mutirões de moradia com outros espaços da cidade, classificando-os em relações de parceria ou conflito. Após a atividade, reunimos as informações obtidas e construímos um mapa contendo os pontos de conflito e parceria apontados pelos mutirantes na cidade de São Paulo (figura 03).

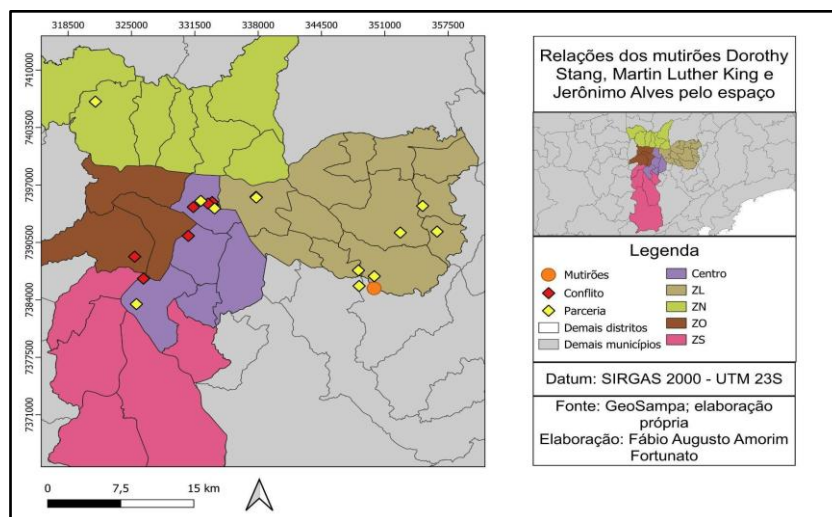


Figura 03: Relações dos mutirões DMJ pelo espaço. Fonte: dos autores, 2024.

A partir da reunião dos dados e criação do mapa, verificamos a existência de conflitos com a centralidade política e econômica da cidade, ao mesmo tempo que foi possível observar um processo de conexão em rede com outros espaços de São Paulo, mostrando o caráter solidário entre mutirões e organização amigas, que configura a ajuda mútua em outras escalas. Também foi possível observar uma concentração de relações de parceria em regiões periféricas da cidade, próximas aos limites da Zona Leste do município de São Paulo, revelando um processo de luta em maior escala contra as incursões do capital e de busca de validação da agenda política do movimento.

Os mutirões ocupam um espaço que fica entre o urbano e o rural. A paisagem é constituída por elementos novos, que foram construídos pelos próprios mutirantes: abóbadas, construídas para servir de moradia do caseiro, recepção e secretaria; o viveiro, construído com o objetivo de produzir mudas para serem utilizadas para reflorestar as margens do córrego do Rio Tamanduaté, cuja nascente está localizada no terreno do mutirão; e elementos antigos, que já existiam no momento em que o terreno foi adquirido pelo movimento.

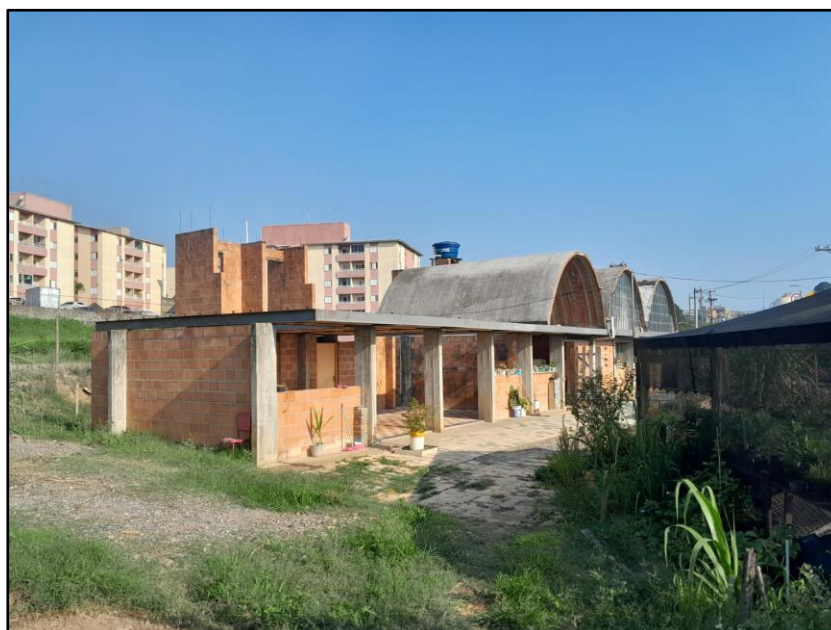


Figura 04: Abóbadas do mutirão Jerônimo Alves. Fonte: dos autores.



Figura 05: Viveiro do mutirão Jerônimo Alves. Fonte: dos autores, 2024.

Ao leste, em relação à área ocupada pelos mutirões, é possível enxergar a Refinaria do Pólo Petroquímico de Capuava na paisagem. A paisagem sofre um contraste ao percebermos a existência de uma grande plantação no terreno do mutirão Dorothy Stang, utilizada e mantida pelos mutirantes.



Figura 06: Paisagem do mutirão Martin Luther King em relação à Petroquímica. Fonte: dos autores, 2024.

A utilização do espaço pelos mutirantes torna-o flexível para realizar diferentes eventos e projetos além de mantê-lo seguro, limpo e produtivo, promovendo atividades que busquem fortalecer a solidariedade e ajuda mútua entre o grupo, promovendo a união interna e a relação com grupos externos e a comunidade, construindo relações em rede.

Isso gera simbolismos construídos coletivamente por meio do poder socialmente compartilhado pelos mutirantes através da autogestão, transformando esse espaço em uma espécie de "campo de força" (Souza, 2022) constituindo um território cujo poder é exercido pela manifestação solidária entre os indivíduos que fazem parte do processo da autogestão, apoiando uns aos outros na concretização daquele objetivo, superando o individualismo e a competição.

A relação dos mutirantes com o espaço se dá por meio das diferentes frentes de trabalho (mutirões e comissões), assembleias e eventos coordenados pelo movimento ou pelos próprios mutirantes dentro de suas esferas de atuação. As assembleias comportam-se como espaço de intercâmbio e comunicação entre os mutirantes para tratar sobre transformações e processos pelos quais o movimento está passando além de discutir as atividades dos próprios mutirões, como frentes de trabalho, festas, homenagens, cursos, entre outros, além de encaminhar ações e políticas institucionais da gestão interna, como atos políticos que envolvem espaços e grupos exteriores a eles.

Segundo o Regulamento de Obras e Participação dos mutirões DMJ (2017), a assembleia é o órgão máximo de decisão das famílias que fazem parte do mutirão, realizada mensalmente. Sua duração é de meio período, e pode ocorrer de forma conjunta entre os três mutirões ou separada por diferentes horários, dependendo das circunstâncias do contexto. Elas são convocadas e organizadas pela Coordenação e todos os membros atuantes (internos, externos, apoiadores) podem participar, mas o direito ao voto é reservado às famílias.

A administração da obra se dá por meio da autogestão e o trabalho é realizado por meio da ajuda mútua, compreendendo que os mutirantes devem fazer parte de todo o processo ativamente, já que os mesmos são os agentes que protagonizam a construção das unidades habitacionais e a manutenção do terreno. Os mutirantes possuem os mesmos direitos e deveres no espaço do mutirão, sendo obrigatório que todos participem das atividades para que o projeto continue.

Os mutirantes são divididos em 17 comissões, articulados ao sistema de autogestão com mutirão parcial. As 17 comissões se organizam em três grupos: Comissões de Obra; Comissões de Compras e Finanças; Comissões de Cidadania e Acompanhamento das Famílias (tabela 01).

Comissões de Obra	Comissões de Compras e Finanças	Comissões de Cidadania e Acompanhamento das Famílias
Acompanhamento de Obra	Representantes do Empreendimento	Saúde
Almoxarifado	Cotação	Pontuação
Zeladoria	Prestação de Contas	Mediação de Conflitos
Logística	Conselho Fiscal	Ciranda
Prevenção de Acidentes	Monitoramento de Serviços Contratados	Apoio ao Trabalho Social

-	-	Comunicação e Articulação com a Comunidade
-	-	Meio Ambiente

Tabela 01: Comissões dos mutirões DMJ. Fonte: Regulamento de Obras e Participação (MST Leste 1, 2017).

A Coordenação dos mutirões é composta pela Comissão de Acompanhamento da Obra (CAO) e a Comissão de Representantes do Empreendimento (CRE), sendo formada por dois representantes eleitos de cada uma dessas comissões. Os membros do movimento e da USINA CTAH podem participar das reuniões quando for necessário, com o objetivo de manter a transparência nos debates e decisões tomadas.

As atividades de trabalho em mutirão são realizadas pelos mutirantes durante os finais de semana com diferentes objetivos, relacionados especialmente com a manutenção do terreno e de plantio. Até o período de finalização da pesquisa, as obras ainda não haviam começado por conta de problemas relacionados à captação de recursos financeiros e entraves políticos para obter os aportes necessários para dar início à construção. Os dias de trabalho são contabilizados pelos mutirantes responsáveis para cálculo de faltas e pontuação das famílias, servindo como critérios para alocar os mutirantes nas vagas disponíveis para acessar as moradias. O mutirante pode escolher suas moradias com base na pontuação, servindo como meio de "pagamento" pelo serviço prestado pela comunidade.

Segundo o Regulamento de Obras e Participação dos mutirões (2017), todas as famílias devem participar de dois dias de mutirão por mês, sendo convocadas para um dia extra caso seja necessário. Os mutirões também servem como "banco de horas", permitindo que o mutirante acumule para utilizar no futuro caso necessário. Abaixo, é possível visualizar a tabela de organização do horário de trabalho no mutirão.

Horários do Mutirão	Início	Término
Café da manhã	07h30	07h50
Preparação do material e das ferramentas	07h50	08h
Início do Mutirão	08h	-
Mística/Alongamento	08h10	08h30
Primeiro turno de trabalho no canteiro	08h30	12h
Almoço	12h	13h
Segundo turno de trabalho no canteiro	13h	15h
Intervalo para o café	15h	15h20

Terceiro turno de trabalho no canteiro	15h20	17h
Encerramento do Mutirão	17h	-

Tabela 02: Organização do horário de trabalho no mutirão. Fonte: Regulamento de Obras e Participação (MST Leste 1, 2017).

Conexões entre ajuda mútua e espaço

É necessário que haja um consenso entre os ocupantes do território em relação ao exercício do poder para que ele possa se manifestar espacialmente. A territorialidade construída por meio desse consenso permite o surgimento de uma sociabilidade, definindo um conjunto de regras e normas que irão reger a organização dos seres humanos que ocupam o espaço. Desse modo, para Souza (2022, p. 80), o poder

corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido (Souza, 2022, p. 80).

O poder se expressa de diferentes formas sobre o território, umas delas sendo por meio da ajuda mútua, da solidariedade e da autogestão, formando um vínculo grupal que é tanto individual quanto espacial que produz um processo de territorialização, de afinidade espacial atrelada ao imaginário coletivo. Esse poder possibilita a criação ou o planejamento e apropriação de um território por um grupo, comunidade ou indivíduo, que o utiliza e se identifica com ele, possuindo fins políticos, econômicos ou culturais.

O território de ajuda mútua é formado a partir da associação de indivíduos com necessidades socialmente compartilhadas para atendê-las e supri-las, como a moradia. Nos mutirões DMJ o território é construído através de uma contradição urbana, que contribui para a formação de experiências socioespaciais antagônicas ao modelo de produção hegemônico do espaço, ligado à questão econômica e imobiliária.

Nos mutirões DMJ, 47,3% dos mutirantes possuem rendimento mensal familiar de 1 a 2 salários mínimos, 37,4% até 1 salário mínimo e 15,4% de 2 a 3 salários mínimos (gráfico 03). 56% vivem em domicílios alugados, 38,5% em cedidos por parentes ou amigos e 5,5% em domicílios próprios (gráfico 02).

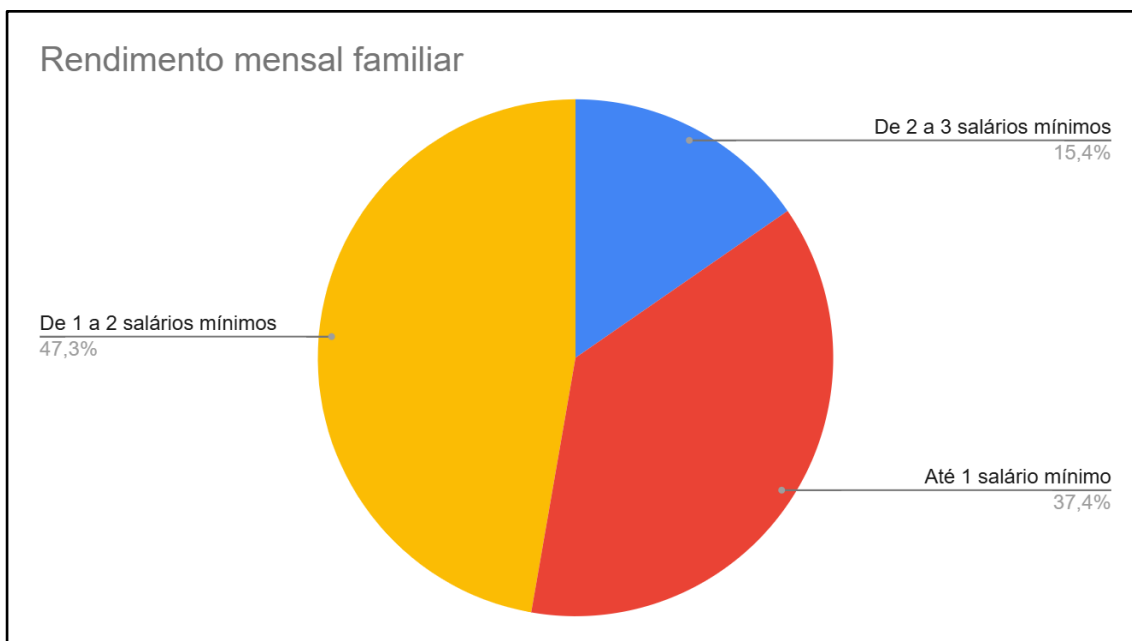


Gráfico 01: Rendimento mensal familiar dos mutirantes. Fonte: dos autores, 2024.

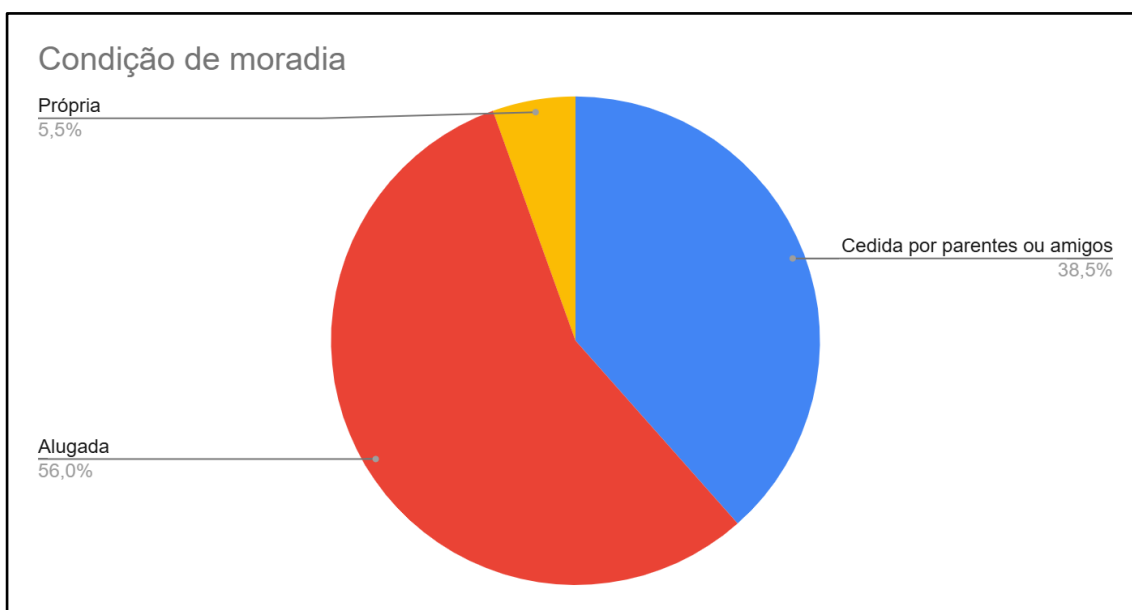


Gráfico 02: Condição de moradia dos mutirantes. Fonte: dos autores, 2024.

A necessidade urbana por moradia, em meio às contradições produzidas pela financeirização do espaço, marcada pela monopolização da terra, sua consequente valorização e escassez (Monteiro e Veras, 2017), favorece o surgimento de experiências de construção de poder voltadas à conformação de territórios fundamentados em práticas solidárias. Tais experiências expressam a capacidade de ação coletiva do ator social, exercida de forma coordenada, por meio do território, que se torna simultaneamente meio e finalidade na organização espacial e política desse mesmo território (Souza, 2022).

Baseando-se na solidariedade para assegurar o bem comum, e por surgirem da luta contra as adversidades (Paula, 2020), os movimentos sociais utilizam o espaço como *front* para travar a luta social e impor demandas populares no confronto direto entre diferentes modos de se conceber

a produção espacial, tendo a política como instrumento de expressão e modo de controle do conflito territorial para disputar em meio a tensão estabelecida entre diferentes atores sociais e econômicos (Castro, 2013), pautando-se na associação comunitária com valorização à valores comunitários e democráticos (Kropotkin, 2021).

O processo de financeirização do espaço urbano busca impor uma ordem única e verticalizada (Santos, 2022), com o objetivo de suprimir as multiplicidades e heterogeneidades presentes no espaço no que se refere às formas de sua produção, na tentativa de reduzir a coexistência simultânea de diferentes modos de produzi-lo (Massey, 2008).

Em entrevista com dois mutirantes (Entrevistado 1 e Entrevistado 2), ao questionar como eles viam politicamente o movimento, foi ressaltado que o movimento é um espaço de união e luta, principalmente pela pressão exercida contra o poder público para garantir o direito à moradia.

— Ah, tem. Ele tem um papel importante por quê? Porque é a união, né? Sabe? Então, muitas pessoas se unem. Pra conseguir o que a pessoa tá precisando. Que é a moradia, né? É por isso que a gente vai nos movimentos, né? Na prefeitura, quando eles não soltam a verba, a gente tem que ir lá, quer dizer, muita gente se reúne por um objetivo só, né? Pra conseguir. (Entrevistado 1)

— Na cidade nós faz reunião, né, que é um grupo, né, vai lá fica dois, três, quatro dias até resolver a situação que a gente quer, aí depois a gente pega e vai embora, né? Eu acho o que ele [o movimento] faz é certo, né, para resolver a situação nossa, também do bairro. (Entrevistado 2)

Ao abordarem a relação entre o movimento e a cidade de São Paulo, os mutirantes revelaram percepções diversas, que convergem para a compreensão de uma interação marcada por conflitos políticos. Para o Entrevistado 1, o movimento é alvo de estigmatização social, sendo visto de maneira discriminatória, enquanto o Entrevistado 2 destaca seu papel como força de articulação política, ressaltando sua atuação na mobilização por direitos, no enfrentamento das demandas sociais e na pressão exercida sobre o poder público com vistas à transformação da realidade urbana. Nesse sentido, o entrevistado também evidencia o caráter tensionado dessa relação ao afirmar que a presença do movimento provoca temor entre agentes dos setores público e privado.

— A gente é discriminado, né? Eles acham que a gente é vagabundo, é invasor, vai ocupar a terra dos outros, é isso? Eu acho que é isso. Quem não participa do movimento, acha que a gente é isso, né?(...) As pessoas pensam quando a gente vai nesses movimentos, pensa que é invasão. Invasão de terras. (Entrevistado 1)

— Eu acho que eles ficam tudo apavorados. Vou ser honesta com você, são tudo desesperado, entendeu? Vendo muita gente que nós vai salvar, várias pessoas, né, mas alguns de repente pode entender. Tem uns que não entendem, né, quer só ver o lado deles e não quer ver o próximo. (Entrevistado 2)

A ajuda mútua é concretizada no espaço baseado na identidade territorial (Kropotkin, 2021), produzida através dos elementos constituintes do território (como dito anteriormente) e a afinidade existente entre pessoa-grupo-território. Em Kropotkin (2021) observamos que as sociedades que possuíam mecanismos de organização pautadas na cooperação e decisão horizontal detinham expressões culturais, políticas, artísticas e laborais que refletiam as

potencialidades dos indivíduos, mostrando que práticas cooperativas estimulam o desenvolvimento de uma sociedade onde a liberdade individual e coletiva se complementam.

O território de ajuda mútua é construído para valorizar a relação entre indivíduo e coletivo com o propósito de garantir sua existência e equilíbrio, ao utilizar o solo urbano com vista à distribuição democrática da terra em oposição a seu uso como mercadoria. Assim, é desenvolvido um processo de sintonia espacial atrelado à cultura, onde a associação dos indivíduos permite o fomento do reaprendizado das relações entre o ser humano e meio (Santos, 2011), produto de inter-relações constantes constituídas por interações sociedade-mundo (Massey, 2008).

Considerações finais

A cidade revela o processo de materialização da troca e ampliação do mundo da mercadoria (Carlos, 2007) através da ação vertical dos atores globais e locais, detentores do poder e das redes econômicas, que veem no território um meio de reproduzir seu capital e desenvolver as forças produtivas (Santos, 2022).

O território de ajuda mútua construído através dos mutirões DMJ é resultado da associação entre diferentes indivíduos com necessidades socialmente compartilhadas, fruto das contradições do processo de urbanização da cidade de São Paulo, moldada aos moldes do capitalismo brasileiro.

A ajuda mútua e a autogestão servem como instrumentos para o movimento moldar o território e adaptá-lo ao suprimento de suas demandas, travando a luta social por meio da composição em rede com outros grupos espalhados pela cidade, pertencentes ou não ao MST Leste 1, para disputar a mediação do Estado a seu favor em meio as assimetrias hierárquicas de poder dos atores sociais, políticos e econômicos, servindo também como meio de trabalho, ocupação territorial, decisão comunitária e educação para a prática autogestionária.

Em meio a disputa pela mediação do Estado, o movimento atribui elementos e valores a si próprio com o propósito de assegurar o bem-comum e concretizar a autogestão e a solidariedade como elementos dominantes e necessários para a existência de seus espaços (Esteves e Machado, 2025), tornando a autogestão dos mutirões de moradia DMJ um processo capaz de transformar a vida de pessoas que possuem necessidades e demandas relacionadas à habitação, fomentando simbolismos de pertencimento, tornando o lugar um espaço de possibilidades e vivências compartilhadas.

Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. 1. ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia Política e Geopolítica: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 2014.



EUCLYDES, Fillipe Maciel et al. O processo de política pública do “Minha Casa, Minha Vida”: criação, desenvolvimento e extinção. **Revista de Sociologia e Política**, v. 30, p. e020, 2022. <https://doi.org/10.1590/1678-98732230e020>

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil: 2016-2019**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2021. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf Acesso em: 8 jan. 2026.

GOMEZ ESTEVES, Egeu; MACHADO, Gustavo. Factores decisivos en los resultados del cooperativismo de vivienda uruguayo: aportes para el diseño de políticas públicas de vivienda. **Hábitat Y Sociedad**, v. 18, p. 150-175, 2025. <https://doi.org/10.12795/HabitatySociedad.2025.i18.07>

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. A questão urbana na dinâmica de reprodução capitalista. **Argumentum**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 180–196, 2013. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v5i1.3642>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 2864: População residente, por cor ou raça e religião**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2864>. Acesso em: 8 jan. 2026.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 9938: Domicílios particulares permanentes ocupados, por condição de ocupação do domicílio e existência de banheiro e sanitário de uso exclusivo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/9938>. Acesso em: 8 jan. 2026.

LEFEBVRE, Henri. Theoretical problems of autogestion (1966). In: BRENNER, Neil; ELDEN, Stuart (eds). **State, space, world: selected essays by Henri Lefebvre**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**, v. 16, p. e16015, 2017. <https://doi.org/10.4215/RM2017.E16015>

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE 1. **Cartilha do MST Leste 1**. Disponível em: http://www.mstleste1.org.br/wp-content/uploads/2024/10/Cartilha_mstleste1_.pdf.

NASCIMENTO NETO, Paulo; ULTRAMARI, Clovis. Política habitacional no Brasil: manifestações territoriais de uma década de habitação social de mercado. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 24, p. e202206, 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. 2. ed. Rio de Janeiro: Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.



SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arq. bras. psicol.** Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2019v71i2p.51-67>

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

STÜRMER, Arthur Breno; DA COSTA, Benhur Pinós. Concepção libertária de território. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 35–52, 2017. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/6123>.

KROPOTKIN, Piotr. **Apoio Mútuo**: um fator de evolução. 3. ed. São Paulo, 2021.

OLIVEIRA FILHO, João Telmo; VASCONCELLOS, Carla Portal; CIRINO, Maria Joana; RIGO, Murielli Novelli; TEBALD, Vanusa. O cooperativismo urbano: A experiência das cooperativas habitacionais no Brasil e no Uruguai. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 75–86, 2017. <https://doi.org/10.5902/2359043226519>.

PAULA, Amir El Hakim de. **Geografia e anarquismo: a importância do pensamento de Piotr Kropotkin para a ciência**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/24hnr/pdf/paula-9788595463356.pdf>.